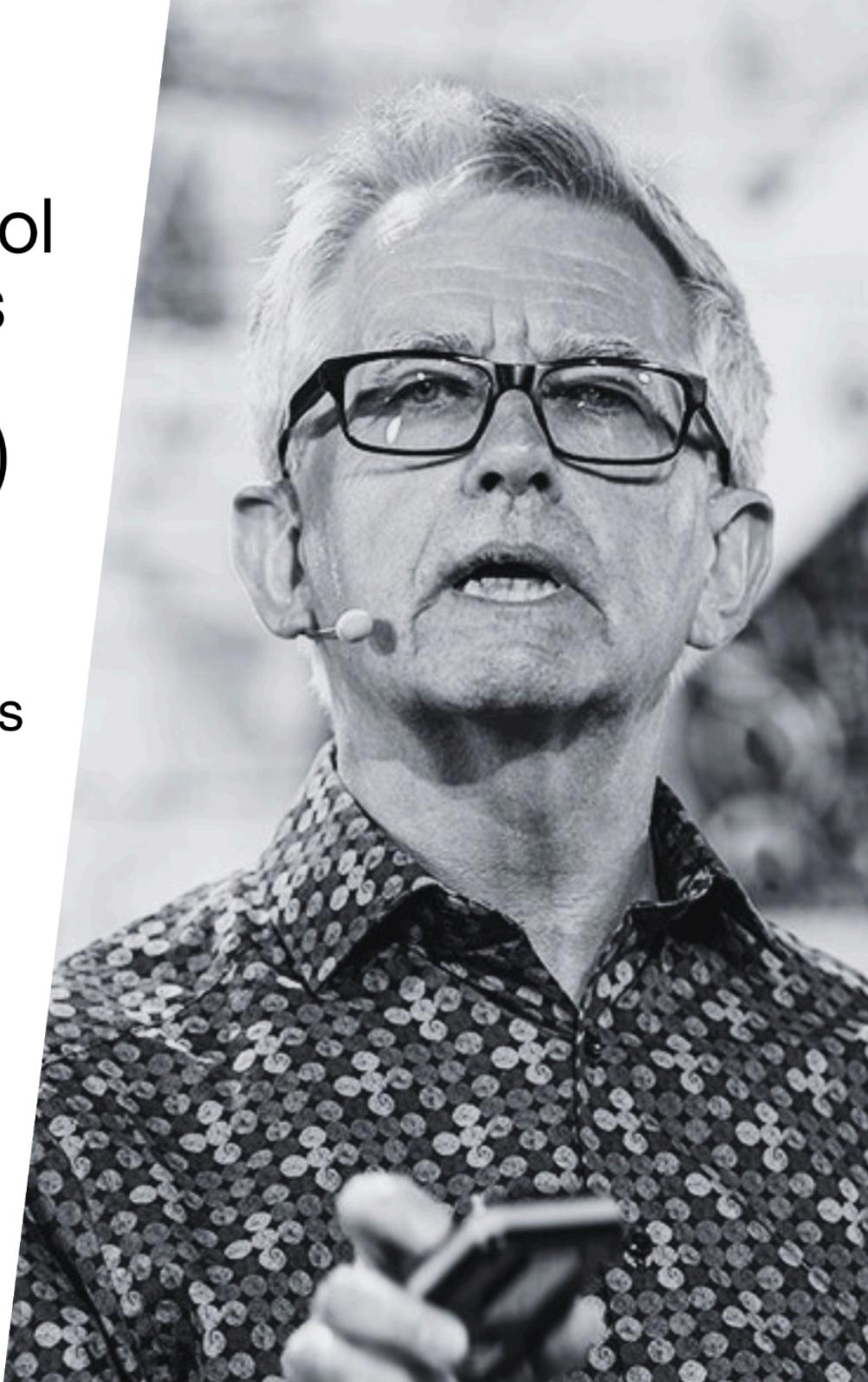


ENTREVISTA

NICK COULDRY

Professor da
London School
of Economics
and Political
Science (LSE)

Entrevistadores:
Marco Antônio Alves
Otávio Morato





ENTREVISTA COM NICK COULDRY

Marco Antônio Sousa Alves¹

Otávio Morato²

Apresentação

Natural de Londres, Nick Couldry é Professor de Mídia, Comunicação e Teoria Social na London School of Economics and Political Science (LSE), onde pesquisa mídia, tecnologia e poder. Graduou-se na Universidade de Cambridge e obteve seu doutorado na LSE, tornando-se uma referência internacional nos debates sobre tecnologia. Autor de obras como *The Costs of Connection* (com Ulises Mejias, 2019), *The Space of the World* (2024) e *Data Grab* (com Ulises Mejias, 2024), fundou, ao lado dos professores Mejías e Paola Ricaurte, a rede ***Tierra Común***, dedicada à produção de conhecimento e mobilização contra o colonialismo de dados. Reconhecido por articular análises complexas de forma acessível, participa ativamente de discussões sobre regulação de plataformas, inteligência artificial (IA) e justiça de dados. Nesta entrevista exclusiva para a A&S, Couldry reflete sobre como a tecnologia molda o presente e desafia o futuro das democracias.

¹ Professor Adjunto de Teoria e Filosofia do Direito e do Estado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Filosofia pela UFMG, com estágio de pesquisa na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris). Membro Permanente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFMG). Coordenador do Grupo SIGA/UFMG (Sociedade da Informação e Governo Algorítmico). Editor-Chefe da Revista Algoritmos e Sociedade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4885-8773>. E-mail: marcolosofia@ufmg.br

² Professor de Direito na UNIFEMM. Doutorando em Direito (UFMG/Université Libre de Bruxelles). Mestre em Direito (UFMG) e pós-graduado em Direito Civil (PUC-MG). Bacharel em Direito (UFMG), Administração (PUC-MG) e Ciências Contábeis (PUC-MG). Secretário da Comissão de Inteligência Artificial da OAB/MG. Editor-Chefe da Revista Algoritmos e Sociedade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0541-7353>. E-mail: otaviomorato@gmail.com



1. Em conferência na Academia Brasileira de Ciências, o senhor afirmou que a “inteligência artificial não é inteligência, nem é artificial”, alertando para os riscos de confundirmos eficácia computacional com conhecimento. O que está realmente em jogo quando aceitamos sem questionamento essa narrativa dominante sobre a IA e por que o senhor acredita que as ciências sociais precisam intervir nesse debate?

Eu não sou o primeiro escritor a dizer isso. O ponto fundamental de que a IA é previsão probabilística baseada em padrões encontrados em vastos conjuntos de dados é um consenso entre cientistas de dados (do famoso artigo *Stochastic Parrots*, de Emily Bender e Timnit Gebru, até os trabalhos recentes dos cientistas de dados de Princeton, Arvind Narayanan e Sayash Kapoor), enquanto o papel do trabalho humano na rotulagem e verificação dos dados de entrada nos conjuntos de dados da IA está empiricamente bem estabelecido

(por exemplo, nas pesquisas de Antonio Casilli, Milagros Miceli, Julian Posada, Karen Hao e muitos outros). Assim, fica claro que “inteligência artificial” (IA) é um termo de marketing, como seu criador, John McCarthy, de certa forma admitiu há muitas décadas.

A questão, portanto, é o que acontece se, na sociedade (e particularmente nas ciências sociais), não contestarmos isso. O que ocorre é que começamos a redefinir, de maneira incisiva e com consequências profundas, o que chamamos de inteligência, o que chamamos de conhecimento, na sociedade. De fato, de uma forma que, por mais de uma perspectiva, desvaloriza a inteligência humana e concede valor excessivo ao que a previsão probabilística pode alcançar quando projetada em uma escala vasta – muito além da capacidade humana. Nada disso significa negar a utilidade das previsões baseadas em IA como complemento ou apoio a diversas áreas do conhecimento humano.



Mas, a menos que mantenhamos clareza sobre nossos termos e os limites que eles implicam, corremos o risco de importar novas definições de inteligência e conhecimento, desenhadas para beneficiar um certo tipo de ator do conhecimento e toda a imensa infraestrutura empresarial que o sustenta. Corremos o risco de caminhar em direção ao que, no livro em que atualmente trabalho, chamo de “corporatização da mente” (Couldry, *Corporatizing the Mind*, 2026/2027, Polity Books, no prelo).

2. Em trabalhos recentes, o senhor dialoga com autores como Aníbal Quijano e Enrique Dussel. Por que é crucial entendermos a *dataficação* como uma continuação do projeto colonial moderno e qual papel as epistemologias não-ocidentais podem desempenhar na descolonização da pesquisa em tecnologia e comunicação?

Primeiro, gostaria de enfatizar que este argumento é fruto de um trabalho conjunto com meu coautor Ulises Mejias, e, de forma mais ampla, com amigos e colegas como Paola Ricaurte, dentro da comunidade [Tierra Común](#). “Dataficação” — isto é, transformar o fluxo da vida cotidiana, com toda a sua complexidade e desordem, em categorias que possam ser organizadas em vastos bancos de dados — é uma forma de abstração, e não apenas um fenômeno mecânico. Ela carrega consigo uma visão de mundo: a ideia, como Jose Van Dijck formulou pela primeira vez, de que o mundo deve ser dataficado, para que mais dados possam ser coletados e, a partir deles, novas formas de conhecimento possam ser produzidas. Em outras palavras, a dataficação é uma maneira de gerir o mundo a partir da perspectiva de centros muito específicos de poder econômico, social e, às vezes, político.

Nesse sentido, a dataficação é profundamente contínua com a forma como o conhecimento



operava no colonialismo: o desenvolvimento da ciência, muitas vezes a partir de saberes já existentes em territórios colonizados, servia como quadro abstrato para governar a produção de conhecimento em escala global e, assim, controlar sociedades e economias. Algumas ciências modernas, como a botânica, literalmente surgiram dessas dinâmicas coloniais.

Autores latino-americanos como Aníbal Quijano e Enrique Dussel foram muito claros ao diagnosticar essa dimensão epistemológica do colonialismo e, por isso, são guias essenciais hoje para identificar a apropriação de poder envolvida na aparente ambição inocente do setor empresarial de transformar tudo em dados, cada vez mais os convertendo em combustível para as máquinas preditivas da IA. De maneira semelhante, muitos autores decoloniais, não apenas da América Latina, mas também, por exemplo, da África, como Achille Mbembe e Ngugi wa Thiong'o, são fundamentais para nos ajudar a pensar o que está acontecendo

hoje com os dados e a inteligência artificial em todas as sociedades.

3. Em seu livro mais recente, *The Space of the World* (2024), o senhor reflete sobre como entregamos às grandes plataformas digitais o poder de organizar nosso espaço social comum, com implicações decisivas para a solidariedade humana. Por que é urgente repensar as condições éticas e políticas de convivência nas redes digitais hoje? Seria possível imaginar uma contra-produção do social baseada em práticas comunitárias, lentas e não quantificáveis?

O erro central do qual emergiu o mundo altamente tóxico das redes sociais de hoje foi permitir que empresas assumissem o papel de projetar, literalmente, o espaço de quase todos os espaços possíveis nos quais somos sociais, aquilo que eu chamo de “o espaço do mundo”. Trata-se de um erro de



categoria, um erro fundamental cometido pelos seres humanos.

As empresas, legitimamente e necessariamente dentro do nosso sistema atual, existem para gerar lucro. Mas nunca deveria ter sido permitido que elas lucrassem com a constituição do próprio “ar social” que respiramos. Uma vez que isso aconteceu, abriu-se o caminho para inúmeras formas de exploração. E em nenhum lugar os reguladores conseguiram enfrentar o problema central que está por trás dos males específicos das redes sociais: os modelos de negócio exploratórios, que têm como objetivo maximizar o lucro a partir do nosso próprio “engajamento” humano. Mesmo os melhores marcos regulatórios evitam proibir esses modelos de negócio, que estão na raiz do problema.

A outra raiz está em permitir que as redes sociais crescessem até atingir a escala do planeta, ou seja, a escala a partir da qual é possível extrair o lucro máximo. A vida social nunca se deu em escala

global, tampouco a vida política. Nenhum teórico político jamais imaginou que isso fosse possível. Mas permitimos que empresas lucrassem com projetos que impõem essa escala à nossa vida social e política.

Os resultados, é claro, são extremamente complexos, mas meu argumento central neste livro é que a maior solidariedade política de que precisaremos (se quisermos ter alguma chance de enfrentar e lidar efetivamente com a emergência climática) é impossível no mundo social moldado pelas redes sociais comerciais atuais.

No entanto, existem alternativas sem fins lucrativos (como redes sociais federadas, que não operam para o lucro e são geridas em escalas mais próximas das comunidades reais) e precisamos de reguladores que criem as condições para que essas formas alternativas de conexão possam prosperar.



4. Em *The Costs of Connection* (2019), o senhor e Ulises Mejias, argumentam que, diferentemente do colonialismo histórico (baseado na apropriação violenta de corpos e territórios), o colonialismo de dados opera por outros tipos de força. Que tipo de força seria essa? Podemos ver nas novas investidas das *Big Techs* e do governo dos Estados Unidos contra países do Sul Global, atuando para impedir qualquer regulação das plataformas, atacando tribunais e incentivando golpes de estado, como tem acontecido no Brasil, como uma reativação de um modo de ação mais violento, de natureza imperial e colonial?

Ulises e eu não estamos dizendo que não existe força no colonialismo de dados. Quando, sobre o pano de fundo de uma economia global profundamente desigual — herança do colonialismo em sentido mais amplo —, trabalhadores na África ou na América Latina são “oferecidos” trabalhos com

remuneração diária extremamente baixa para treinar sistemas de IA ou “limpar” plataformas de redes sociais, mesmo que isso signifique passar o dia inteiro, todos os dias, olhando para imagens sexualmente explícitas e violentas, então isso é uma forma de violência exercida sobre os corpos desses trabalhadores.

Mas quisemos enfatizar também que grande parte de nossas interações, em qualquer lugar, com plataformas digitais e com a extração de dados não se dá de forma violenta. Há uma boa razão para isso: ao longo de séculos, os seres humanos foram treinados para os hábitos laborais e contratuais do capitalismo, um capitalismo que só pôde ser impulsionado, em primeiro lugar, pela vasta apropriação de terras promovida pelo colonialismo histórico. Por esse motivo, muita força pode ser exercida dentro da economia global sem violência física, apenas por meio de normas implícitas, como: “é assim que as coisas são” ou “você não terá emprego a menos que aceite isso”.



Você tem razão ao dizer que, cada vez mais, essa força se manifesta na escala das relações internacionais. Um dos polos do colonialismo — e, particularmente, do colonialismo de dados na atualidade —, os Estados Unidos buscam afirmar seu poder político e econômico, especialmente na tentativa de assegurar a dominação global da IA. É claro que muitos outros fatores políticos estão envolvidos, mas, em seu núcleo, os EUA sob o governo Trump querem garantir a sua hegemonia global, mantendo o controle sobre as principais infraestruturas de produção de conhecimento na economia e na sociedade.

Por isso, não podem tolerar autoridades regulatórias, como as da União Europeia ou do Brasil, que tentam impor limites às operações das Big Tech norte-americanas. E estão cada vez mais dispostos a usar todos os meios possíveis — incluindo ameaças tarifárias — para policiar essa dominação. É por isso que a atual recusa do presidente Lula em aceitar a supremacia

norte-americana nessas questões é, ao mesmo tempo, inspiradora e importante.

5. Ao reconhecer que o colonialismo de dados se insere no capitalismo, os senhores detectam profundas mudanças no modo de produção, que requerem uma atualização de Marx. Que mudanças seriam essas? Como o deslocamento da apropriação do trabalho para a das relações sociais redefine o trabalho? A colonização da vida indica ruptura ou continuidade do capitalismo?

Excelente pergunta.

Quase tudo hoje está inserido no capitalismo, embora, como eu disse, o capitalismo tenha surgido historicamente a partir das condições criadas pela imensa apropriação de terras do colonialismo inicial. Mas Ulises e eu argumentamos que, mesmo assim, tanto o colonialismo quanto o capitalismo ainda podem estar em processo de desenvolvimento.



O colonialismo evoluiu para uma nova etapa, que inclui um novo tipo de apropriação de ativos — a apropriação de dados (*data grab*), que converte toda a vida humana — e, na verdade, também os sistemas naturais — em insumos para o capital, como Ulises e eu escrevemos em nosso livro mais recente, *Data Grab*.

No que se refere ao capitalismo, esse ponto é um pouco mais complicado. É claro que o capitalismo continua a se desenvolver em termos de novas formas de exploração e técnicas. Mas, em nosso livro de 2019, sentimos a necessidade de abordar uma limitação histórica da teoria marxista do capitalismo, que parece considerar as relações de trabalho como a única forma pela qual o capitalismo se reproduz socialmente.

Esse modelo, porém, não se ajusta a um mundo em que nossos dados são extraídos e explorados mesmo quando definitivamente não

estamos trabalhando. Com base no teórico marxista Moishe Postone, argumentamos que, no cerne da teoria social de Marx, está a ideia de abstração: as mercadorias — como o trabalho transformado em mercadoria — só são possíveis por meio da abstração, isto é, a transformação dos processos de trabalho em unidades com determinada duração e especificação, que possam ser vendidas em um mercado por um preço específico.

E o que é a dataficação senão uma forma de abstração? Uma abstração, contudo, que não opera necessariamente nas relações de trabalho, mas por meio de um novo tipo de relação social, específico da nossa época, que chamamos de “relações de dados” (*data relations*).

Em nosso livro mais recente, [Data Grab \(2024\)](#), desenvolvemos ainda mais essa ideia, argumentando que as relações de dados se desenrolam, em particular, em



espaços projetados para garantir a extração ideal de dados, que chamamos de “territórios de dados” (*data territories*). A maioria das plataformas contemporâneas, como mencionei em relação às redes sociais, são territórios de dados.

Essa colonização da vida cotidiana por meio da extração contínua de dados é, portanto, ao mesmo tempo, uma continuidade e um novo desenvolvimento — eu não diria exatamente uma “ruptura” — dentro do capitalismo, e, simultaneamente, uma nova e significativa expansão do repertório de técnicas de extração colonial.

Sem dúvida, isso é complexo, e essa complexidade levou a alguns mal-entendidos sobre nosso trabalho. Mas a dupla hélice colonial-capitalista, que vem se desdobrando ao longo dos últimos cinco séculos ou mais, é realmente complexa, e é essa complexidade que o mundo está vivendo hoje.

6. Olhando para as próximas décadas, como você enxerga a evolução do colonialismo de dados: devemos temer o aprofundamento das desigualdades e novas forma de ataque à democracia, ou é possível vislumbrar caminhos alternativos para romper com essa lógica?

O último terço do meu livro com Ulisses, *Data Grab*, assim como o capítulo final do meu livro *The Space of the World*, são dedicados à resistência. Acreditamos, junto com muitos outros pesquisadores da rede *Tierra Común*, que a resistência ao colonialismo de dados, em todas as suas formas, é possível. Caso contrário, por que escreveríamos? Já existe pessimismo intelectual em excesso (como disse Gramsci) no mundo, e o objetivo de nossos escritos não é simplesmente acrescentar a isso.

Não é fácil vislumbrar caminhos futuros, especialmente diante de uma nova e profundamente



disruptiva administração na Casa Branca. Mas, falando pessoalmente, acredito que a resistência ao colonialismo de dados está crescendo e que a compreensão de sua natureza — e do núcleo fundamentalmente extrativo e colonial do poder tecnológico — está se ampliando.

Cada vez mais jovens estão tentando encontrar formas de viver com menos dependência das plataformas de redes sociais extrativistas. A clareza sobre o que figuras como Elon Musk, Mark Zuckerberg ou Sam Altman representam está crescendo, e já está claro que não se trata de uma democracia funcional, mas sim de uma oligarquia intensamente concentrada de extração lucrativa, com liberdade total para se expandir globalmente.

Como resistir, na prática, a uma ordem social e econômica que criou raízes tão profundas nos hábitos da vida cotidiana ainda é algo difícil de definir com clareza.

Mas é evidente que isso exigirá solidariedade humana e colaboração em larga escala, atravessando fronteiras nacionais. A liderança da sociedade civil, mas também de líderes nacionais específicos, seja no Brasil ou em outros lugares (provavelmente entre os países da maioria global) será muito importante para oferecer inspiração e esperança nesse processo.

Além disso, narrativas claras sobre o que aconteceu com os dados e a inteligência artificial, e sobre como pode ser a mudança, são, acredito, fundamentais para contribuir para transformações concretas. É isso que me mantém escrevendo, junto com a inspiração de observar a resistência emergindo em diferentes partes do mundo.

* * *

Referências

Couldry, Nick; Mejias, Ulises. *The Costs of Connection: How Data Is*

Entrevista com Nick Couldry

Marco Antônio Sousa Alves

Otávio Morato



Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism.
Stanford: Stanford University Press,
2019.

Couldry, Nick. *The Space of the World: Can Human Solidarity Survive Social Media and What If It Can't?* 1^a ed., Cambridge: Polity, 2024.

Cruz, Elisa Oswaldo. Nick Couldry: 'IA não é inteligência, nem é artificial'. *Academia Brasileira de Ciências*, 11/5/2024.

<https://www.abc.org.br/2024/05/11/nick-couldry-ia-nao-e-inteligencia-nem-e-artificial/>.

Mejias, Ulises; Couldry, Nick. *Data Grab*. London: Penguin/W. H. Allen, 2024.